

O USO DO SAGRADO AFRICANO E SEUS DESDOBRAMENTOS INQUISITORIAIS NA CAPITANIA DE MATO GROSSO, NOS SÉCULOS XVIII E XX

George Gleyk Max de Oliveira (UFMT)

georgegleyk@gmail.com

Joelson Penha Silva (UFMT)

joelson.penha@gmail.com

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT)

carolina.lima@ufmt.br

RESUMO

A Filologia é uma ciência de múltiplas facetas no campo do conhecimento e da pesquisa e por ter uma conexão com outras áreas afins permite ao pesquisador adentrar nos campos da história e da linguística, como se pretende neste artigo. O *corpus* de análise é um manuscrito de 1773 e uma imagem de uma propaganda de um periódico de 1932, por estarem dentro da temática afro-religiosa, demonstrar-se-á uma ligação semântica entre as lexias que constata a intolerância religiosa. Os objetos de pesquisa, embora apresentem-se em momentos históricos diferentes, correlacionam-se pela mesma localidade, Cuiabá-MT. No século XVIII, Maria Eugenia, mulher preta, forra, foi presa e enviada ao presídio do Forte de Nossa Senhora da Conceição, acusada de feitiçaria por praticar o seu devocional miscigenado de uma herança de escravizados e pelo contato com os povos originários. No século XX, o periódico católico, A Cruz, apresenta uma imagem com enfoque religioso dos praticantes do mesmo devocional em uma propaganda do Laboratório Farmacêutico Bayer. Para análise dos objetos de pesquisa utiliza-se a filologia para a transcrição semidiplomática e o desenvolvimento das abreviaturas, a história para a análise do contexto social e a linguística para identificação das lexias que indiciam aspectos pejorativos e intolerantes contra a religião não cristã.

Palavras-chave:

Feitiçaria. Filologia. Intolerância religiosa.

ABSTRACT

The philology is a science with many attributes in the field of knowledge and for having a connection with other areas allows the researcher to enter in the field of history and linguistics what is intended in this article. The analysis's corpus is a manuscript of 1773 and an image of a newspaper advertisement of 1932, because they are within the theme afro-religious, we will demonstrate a semantic link between the terms that confirm the religious intolerance. The research objects, although they appear at different historical moments, they are correlated by locality, Cuiabá-MT. In the 18th century, Maria Eugênia, black woman, emancipated, was arrested, and sent to Nossa Senhora da Conceição Fort accused of witchcraft for practicing their miscegenated devotional to a heritage of enslaved and contact with the native people. In the 20th century the catholic newspaper, A Cruz, presented an image with religious focus of the practitioners

of the same devotional in a Bayer pharmaceutical laboratory advertisement. For the analysis of research objects, philology is used for semidiplomatic transcription and development of abbreviations, the history for analysis of social context and linguistics for identification of lexical units that indicate pejorative and intolerant aspects against non-Christian religion.

Keywords:

Philology. Witchcraft. Religious intolerance.

1. Introdução

Pretendemos apresentar um recorte das pesquisas desenvolvidas, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, na área de concentração de Estudos Linguísticos, linha de pesquisa, História e Descrição de Línguas Faladas no Brasil, no mestrado e no doutorado, pelos autores deste artigo.

A pesquisa, aqui apresentada, tem como *corpus* de análise um manuscrito de 1773 e uma imagem de uma propaganda de um periódico de 1932, por estarem dentro da temática afro-religiosa, e por demonstrarem uma ligação semântica entre as lexias que constatam a intolerância religiosa, esse recorte da pesquisa foi selecionado para análise. Os objetos de pesquisa, embora se apresentem em momentos históricos diferentes, correlacionam-se pela mesma localidade, Cuiabá-MT.

No século XVIII, Maria Eugenia, mulher preta, forra, foi presa e enviada ao presídio do Forte de Nossa Senhora da Conceição, acusada de feitiçaria por praticar o seu devocional miscigenado de uma herança de escravizados e pelo contato com os povos originários. No século XX, o periódico católico, A Cruz, apresenta uma imagem com enfoque religioso dos praticantes do mesmo devocional em uma propaganda do Laboratório Farmacêutico Bayer. Para análise dos objetos de pesquisa utilizamos a Filologia e as normas previstas pela Crítica Textual para a transcrição semidiplomática e o desenvolvimento das abreviaturas, a História para a análise do contexto social e a Linguística para identificação das lexias que indiciam aspectos pejorativos e intolerantes contra a religião não cristã.

2. Desenvolvimento

Descreveremos, a seguir, o conteúdo do manuscrito, datado de 1773, cujo tema versa sobre a acusação de crime de feitiçaria conta uma

mulher preta, em Cuiabá, antiga Vila do Cuyabá. Manteremos a grafia dos antropônimos e dos topônimos, assim como ocorrem nos documentos.

No dia 09 de março de 1778, o capelão Joze Correa, da Vila do Cuyabá, escreve para Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, então governador e capitão-general da capitania de Mato grosso, uma carta a respeito de uma preta chamada Maria Eugenia. Na data acima citada, a mesma já se encontrava presa por ordem do governador Luís de Albuquerque. O capelão já conhecia a presa e negava a ela participação aos sacramentos da Igreja Católica, por esta ser de “conduta... má e péssima”. Nas palavras do religioso, Maria Eugenia agia de forma a degradar a honra alheia com insultos, provocações e difamações. Na prisão, a preta se servia da colaboração de um preto forro por nome Manoel, que todas as noites a visitava dando-lhe assistência de levar e executar rituais religiosos adversos a fé cristã/católica. A comprovação de tais alegações acusativas se convergiam em objetos que Maria Eugenia utilizava e os escondiam embaixo de uma pedra, na cela da cadeia da Vila do Cuyabá.

Em visita à prisão, o capelão pede para uma colega de cela de Maria Eugenia pegar o que estava debaixo da pedra, as mesmas entram em luta corporal deixando cair alguns itens dos tantos que foram entregues ao capelão. Dentre os recolhidos havia: “...dous embrulhos, hu com todos seos bonecos e varias ridicularias, cabelos, raises, cordinhas, e outras cousas q’ não conheci, e outro sem mais que alguas sementes, e iguarias...”. (Ms 2r, L). Após a apreensão, Joze Correa se dirige em carta ao governador pedindo que tome providência urgente para conter “a boca” da dita preta presa, alegando que a sua permanência causaria demasiosos e mais danos às pessoas de bem da Vila, o que poderia também levar discórdia ao interior das casas de homens casados.

Com mais de um mês da dita carta do capelão, encontramos outra correspondência que apresenta a resposta em uma possível solução para o pedido do religioso. Em 12 de maio, de 1778, o juiz de Fora Joze Carlos, da Vila do Cuyabá, informa ao governador que transfere a presa Maria Eugenia para o presídio de nova Coimbra, hoje Forte Coimbra, localizado em Corumbá, Mato Grosso do Sul. À época o juiz, Joze Carlos, avisa ao governador que Maria Eugenia fora enviada para além dos limites da capitania por praticar ‘lesa majestade divina’. Conforme o portal eletrônico do Tribunal de Justiça do estado da Bahia (<https://www.tjba.jus.br/portal/>), em Memória da Justiça Brasileira, assim o define: Lesa-majestade quer dizer traição cometida contra a pessoa do Rei,... definido

nas Ordenações Filipinas¹, o crime de lesa-majestade abrangia uma ampla gama de situações. O crime ao qual Maria Eugenia foi indiciada enquadra-se na lei de lesa majestade divina, o mesmo divide-se em dois: para aqueles que cometem infrações diretamente a pessoa do rei e o segundo considerado de menor relevância que se refere a crimes cometidos dentro do Império. Segundo o portal eletrônico do Arquivo Nacional do Brasil (2021) (<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>), assim explica,

Havia os crimes de primeira cabeça e os de segunda cabeça. Entre os primeiros, encontravam-se a traição, a insurreição, a autoria ou cumplicidade em atentados contra o rei, contra sua família ou contra qualquer pessoa que estivesse em sua companhia ou, mesmo, a destruição de imagens, armas ou símbolos representativos do reino ou da Casa Real. Segundo as ordenações, qualquer desses crimes seria punido com a pena de “morte natural cruelmente”, ou seja, execução pública por meio de torturas. Todos os bens dos justicados passariam para a Coroa e as duas gerações de descendentes ficariam “infamados para sempre”, pois se tratava de uma tendência hereditária. O segundo tipo, relativamente menor e com penas mais leves, dizia respeito ao auxílio àqueles já condenados por traição. Outra característica específica dos crimes de lesa-majestade era ocasionar a perda das garantias que limitavam a ação da Justiça: “não gozará o acusado de privilégio algum [...] para ser metido a tormento, bastarão menores indícios [...]. E as pessoas, que em outros casos não poderiam ser testemunhas, nestes o poderão ser e valerão seus ditos”. (PORTAL ELETRÔNICO DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL, 2021)

O fato de Maria Eugenia ser acusada, presa e transferida para o presídio de um forte, por praticar o seu devocional a um Sagrado não cristão/católico, demonstra como era regida a perseguição aos praticantes do religioso indígena e/ou africano. Consideram-se as duras retaliações impostas e vigentes pelo Santo Ofício da Inquisição, que realizava devassa nas colônias do Império Português e mantinha informantes em todos os lugares.

Conforme Novinsky (1994),

Conforme se sabe aos Familiares competia auxiliar a máquina inquisitorial na repressão AOS DESVIOS HERÁTICOS E MORAIS PERTENCENTES À JURISDIÇÃO DESTE Tribunal, denunciando, prendendo,

¹ “As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuou vigente em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV. Até a promulgação do 1º Código Civil brasileiro, em 1916, estiveram também vigentes no Brasil.” Disponível em: Código Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I. Acesso em 08 de outubro de 2024.

sequestrando, e às vezes escoltando até o local de embarque para os cárceres... (NOVINSKY, 1994, p. 10)

Os negros capturados na África provinham de várias regiões, nações, reinos, tribos e clãs. Chegavam ao Mato Grosso por três vias: Maranhão/Grão-Pará, Rio de Janeiro/São Paulo e ainda pela Capitania da Bahia (Cf. RODRIGUES, 2024). O ato de submeter o negro à condição de escravizado não surtiu o efeito do apagamento às suas memórias culturais e devocionais. A massificação da conversão à fé católica dava aos senhores escravocratas o cumprimento das leis que assim os obrigavam ao batismo. Além das Leis de Estado, somam-se dogmas e tradições católicas, como a obrigação dos senhores escravocratas ao batismo dos negros que eram adquiridos conforme determinava a Lei das Ordenações Filipinas (Cf. Livro V, 1603, p. 1.247) e o pertencimento à cristandade. Porém, o meio degradante de vida aos quais os negros viviam era um impulso, uma esperança em manter as práticas e devoções de seus Panteões Sagrados. Muita das vezes o uso da magia/feitiçaria incluía um ganho financeiro, prática comum chamada de escravidão de ganho ou bolsa de ganho, principalmente em lugares que tinham minas.

Para Sá Junior (2011),

É bastante conhecida no mundo escravista brasileiro a obtenção de lucro através da chamada “escravidão de ganho”. Ela foi bastante desenvolvida nas regiões das minas durante o século XVIII, lugares onde o espaço urbano passou por um grande desenvolvimento. (SÁ JÚNIOR, 2011, p. 5)

Com a prática religiosa que era vivida pelos escravizados na sua terra natal, esses a conheciam simplesmente por fé. No Brasil, denominada feitiço, feitiçaria, mandinga, bolsa de mandinga, magia, curandeirismo etc. Negros, mestiços e indígenas faziam o uso dos conhecimentos espirituais, que envolviam objetos fáceis de serem produzidos ou encontrados no cotidiano (tábua com desenhos riscados como oráculo, jarros/vasos de barro contendo preparados para banho e garrafas com produtos da natureza para cura de vários males), sementes, ervas, raízes que eram utilizadas na intenção de conseguir se livrarem de doenças físicas e espirituais, amuletos etc.

De acordo com Rarey (2021),

Em meados do século XVIII, pessoas em todo o mundo afro-português usavam o termo *mandinga* - a tradução portuguesa de Mandinka ou Mande - para designar qualquer objeto que pudesse ajudar a proteger seu usuário de ferimentos de faca, balas e forças malévolas. Não há exata clareza de como ou por que esse etnônimo africano passou a se referir a objetos apotropaicos não sancionados pela Igreja Católica. (RAREY, 2021, p. 3)

As pessoas que faziam o uso de tais conhecimentos para si ou mesmo para fins lucrativos eram tidas como portadoras de práticas satânicas, enganadores e usurpadores da inocência de terceiros. Tais práticas era o motivo para serem perseguidos, e com duras penas presos e castigados. A concepção de vida e morte, e do próprio culto ao Sagrado e a manutenção do espiritual não convergiam em comparação com a vida e as regras do católico branco e detentor da vida do negro, visto e considerado como objeto para de uso para o trabalho. A intolerância aos hábitos religiosos de matriz africana, afro-brasileira e afro-indígena pode ser percebido, na história brasileira da colônia até os tempos atuais.

Conforme Maggi (1992),

A crença na magia e na capacidade de produzir maléficos por meios ocultos e sobrenaturais é bastante generalizada no Brasil desde os tempos coloniais. De acordo com a crença, certas pessoas podem usar consciente ou inconscientemente esses poderes sobre os outros para *atrasar a vida, fechar caminhos*, roubar amantes produzir doenças; mortes e uma infinidade de outros males. Essa crença enche e encheu desde a Colônia as casas dos *curandeiros, centros, terreiros, benzedeiras, espíritas e médiuns* de todas as espécies. Norteou também a atuação de juizes, promotores, advogados e policiais. (MAGGIE, 1992, p. 22)

A perseguição colonial se enraíza em um processo cultural e linguístico que percorre todos os níveis da sociedade brasileira. A concepção ideológica dos dominadores europeus centrava-se no fato de terem uma língua, uma gramática e por terem uma escrita alfabética, o que os alçava ao conhecimento, subjugando os povos dominados, assim esses deveriam se adequar aos conhecimentos de seu algoz. A não aceitação das práticas Sagradas dos escravizados, mestiços e indígenas na colônia e império segue ao longo dos séculos com a proibição da livre expressão religiosa.

Mesmo com as imposições e castigos contra a prática religiosa não cristã, houve a necessidade dessas classes subjugadas pela sociedade dominante de recorrer ao uso da coletividade e a transmissão de seus rituais de forma oral. Pois, eram grupos que não tinham acesso a alfabetização. O aprendizado em outra língua fazia parte do conhecimento de comunidades que repassavam dos mais velhos aos mais novos a tradição ancestral.

Para Veronelli (2021),

É através do linguajar como atividade em comunidade – linguajar juntos - que as gentes criam suas realidades. Essa relação abre espaço para uma compreensão sobre comunidades linguísticas, sobre gente existindo atra-

vés do exercício do linguajar e convivendo de maneiras de ser e estar juntos em um coletivo, de entender e dar sentido ao mundo coletivamente, de organizar coletivamente o social em todos os seus níveis de existência (cognitivo, espiritual, econômico, reprodutivo, jurídico, pedagógico, afetivo, etc.), é considerando que tudo o que uma comunidade é, se dá nesse exercício de linguajar, é essa prática a que permite entrar nos mundos de sentido não eurocêntricos, por mais que os relatos da modernidade tenham invisibilizado tudo isso. (VERONELLI, 2021, p. 93)

O uso da língua materna de cada escravizado foi mantido, em ocultamento, ao longo dos séculos, principalmente com relação aos rituais religiosos. Confirmado em Lei a partir da República, em 11 de outubro de 1890. Os praticantes da religião na formação do Brasil que eram tratados com a expressão chula por feiticeiros e bruxos permanece, assim, também para o Estado Republicano.

O que afirma Maggie (1992, p. 22), “...o Estado criou mecanismos reguladores do combate aos feiticeiros, instituindo o Código Penal. No Código introduziu três artigos referentes à prática ilegal da medicina, à prática da magia e à proibição do curandeirismo.” Era oficialmente o ato válido e legítimo na defesa daqueles que produziam de forma não ofensiva as crenças e devoção a um panteão Sagrado não cristão.

Com um distanciamento de cento e cinquenta e quatro anos, entre o Império e pós-abolição, em plena República verifica-se, em 1932, a perseguição, intolerância e preconceito ao Sagrado afro-indígena, com a publicação de uma imagem em um periódico. O poder cedido à propaganda no periódico “A Cruz”, em Cuiabá, Mato Grosso: O julgamento contra a prática da benzedura um ato de fé e caridade.

A chegada da imprensa, na Província de Mato Grosso, pode ser vista como uma grande transformação para os mato-grossenses, pois durante a primeira metade do século XX, a imprensa moderna chegou às cidades de Mato Grosso, trazendo consigo uma nova forma de comunicação e disseminação de informações.

De acordo com Siqueira (2002),

Os mato-grossenses escreviam num periódico goiano, editado na antiga capital de Goiás, Pirenópolis, através do jornal “*A Matutina Meiapontense*”, onde existiam duas colunas exclusivas de Mato Grosso: A Província de Mato Grosso e a Miscelânea Cuiabanense. (SIQUEIRA, 2002. p. 132.)

Ao mesmo tempo em que a criação da imprensa em Cuiabá foi necessária e de grande importância, pois possibilitou a disseminação de informações relevantes para a comunidade local, contribuindo com o

acesso às notícias, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento da região, além de estimular o progresso social, político e econômico da cidade e suas adjacências. A imprensa também trouxe visibilidade para questões locais e contribuiu para a formação da identidade cultural da região. Desta forma, o papel da imprensa em Mato grosso agia para melhor atender ao seu público.

Segundo Pinto (2021),

Constituía-se, pois, em um espaço plural: de debates, lutas políticas, disputas, movimentação e circulação de ideias! A propósito do que enuncia Sirinelli, consolida-se sob intensa fermentação intelectual, promovida pelo esforço de escrita semanal, busca de informações a serem divulgadas, posicionamento político, ideológico, moral e social cujos textos refletem. O exercício de autoria, ainda que mediado por constantes pseudônimos ocultaram nomes, mas não a expressão do pensamento de sujeitos daqueles tempos! (PINTO, 2021. p. 2)

Assim com o seu posicionamento político, ideológico, moral e social a Igreja Católica cria o próprio periódico, denominado “A Cruz” – Orgão da “Liga Social Catholica Brasileira” de Matto-Grosso, que foi o periódico mato-grossense de maior duração à época com circulação de 1910 a 1969, em Cuiabá. Neste periódico, a Igreja buscava salvaguardar a doutrina católica, subjugando quaisquer outras práticas religiosas. A religião de matriz africana, afro-brasileira e afro-indígena foi um dos grandes alvos a servir de exemplo citado a não adoração ao Deus Católico, pois viam-se os praticantes na maioria negros, como sendo pessoas adoradoras do satanismo, induzindo seus leitores ao preconceito contra essa prática de fé.

Para Maggie (1992),

A não conversão ao catolicismo somado à realização de rituais religiosos africanos tornava-os infratores às Leis brasileiras, a Lei de 11 de outubro de 1890 apenas ratifica a de 1830, no âmbito da prática ao curandeirismo, segundo Maggie. (1992, p. 22)

Não só as publicações semanais carregavam esses estereótipos sobrecarregados de preconceito religioso, como também, houve a concessão de espaço de propaganda para a empresa dos “Laboratórios Bayer²”, que traz o anúncio de um medicamento em sua propaganda, uma

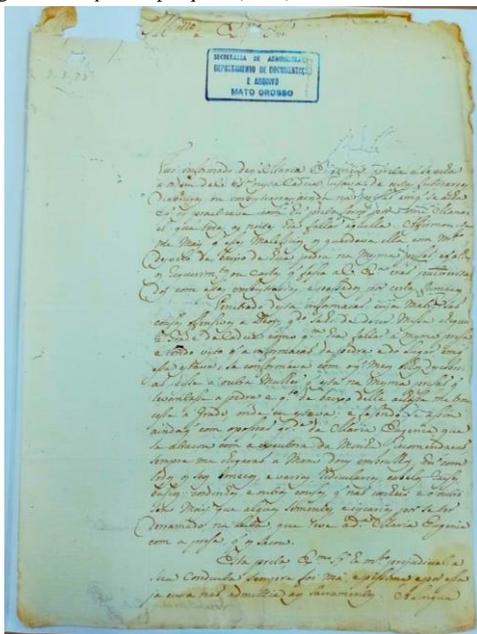
² “A Bayer foi fundada em 1863, na Alemanha, e atua no Brasil desde 1896. Ao longo destas décadas de inovação e excelência, a Bayer se consolidou como uma empresa de Ciências da Vida, aliada da humanidade na construção de um mundo com “saúde para todos, fome para ninguém”. <https://www.bayer.com.br/pt/a-bayer#:~:text=A%20Bayer>

gravura de uma benzedeira na prática de sua fé. A propaganda publicada fala sobre a importância do medicamento, porém utiliza de forma pejorativa o uso da gravura para citações que dão eloquência ao preconceito às práticas das religiões afro-brasileiras.

3. Apresentação do corpus e descrição dos corpora

Diante da exposição feita, apresentamos como *corpus* de análise para este artigo um fólio de um manuscrito (carta), de 09/03/1778, que está sob a guarda do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e uma propaganda contida no periódico “A Cruz” – Órgão da “Liga Social Catholica Brasileira” de Matto-Grosso, publicada em 1932.

Figura 1: *Corpus* de pesquisa (1778) – Fac-símile – Ms 1r.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso. Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Freguesia do Senhor Bom Jesus. Referência atual: BR APMT.IGCA.FSBJ.CA.0016 caixa nº 001.

Transcrição do Fac-símile – Ms 1r

1 *Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor*

Fui informado deque Maria Eugenia preta *que* se acha a ordem de *Vossa Excelencia* nestacadeia usava de certas feitiçarias deabruras ouembustiarias ainda na prisão em *que* se acha

5 *eque* as praticava com hú preto forro por [nome] Mano = el que todas as noites hia fallar aquella. Affirmou[ilegível]

[ilegível] mais *que* esses maleficios os guardava ella com *muito* desvelo de baixo de hua pedra na mesma prisão *eque* athe os requerimentos ou cartas *que* fassa a *Vossa Excelencia* eraõ [ilegível] evita =

10 dos com essas embustiarias e passados por certas fumacas

Penetrado desta informacão cuja [ilegível] saõ cousas offensivas a Deos *quando* sahi de dizer missa cheguei a grade dacadeia como *quem* hia faltar a mesma presa e tendo visto *que* a informacão da pedra e do lugar em*que*

15 essa estava se conformava com *oque* meos olhos descobri = ao disse a outra mulher *que* esta na mesma prisão *que* levantasse a pedra e *quanto* de baixo della achasse me trou = cesse a grade onde eu estava e fazendo se assim

ainda*que* com oposição *grande* da Maria Eugenia *que*

20 se abraçou com aexecutora da minha recomendacão sempre me chegaraõ a mam dous embrulhos hú com todos os seos bonecos e varias redicularias cabelos raises busios cordinhas e outras cousas *que* não conheci e o outro sem mais *que* algumas sementes e siscarias por seter

25 derramado na luta *que* teve *adita* Maria Eugenia com a presa *que* os sacou.

Esta preta *Excelentissimo Senhor* he *muito* prejudicial: a sua conduta sempre foi ma e pessima e por essa ja eu a não admittia aos Sacramentos. A lingua

Quadro 1: Descrição dos *corpora* – Glossário de lexias coletados no Fac-símile Ms 1r (1778).

Lexias	Significado conforme Dicionário de Arte Sacra e técnicas afro-brasileiras (Lody, 2003)
Feitiçarias	s.f.pl. 1. magia ou manipulação de forças sobrenaturais objetivando, geralmente, causar malefícios a outrem. Na tradição africana, há uma clara distinção entre o manipulador de forças maléficas, considerado malfetor e proscrito, e o ritualista ou curandeiro, responsável pelo equilíbrio físico e espiritual do grupo e, por isso, merecedor de estima e respeito.
Diabruras	s.f. 1. obra ou ato próprio do diabo.
Embustiarias	s.f.pl. 1. mentira, embusto
Bonecos	s.m.pl. 1. assim é denominada a figura de uma pessoa ou de um animal, que é feita de preferência com cera podendo também ser feita com outro material esse boneco é feito para ser empregado em trabalhos de terreiro, principalmente trabalhos de Alta Magia ou mesmo Magia Negra, ou seja, fazer o bem ou mal a alguém.

Ridicularias	s.f.pl. 1. atitude, gesto ou coisa desprovida de importância; 2. dito, comentário ridículo, insignificante; observação desprezível [...]
Cabelos	s.m.pl. 1. pêlo (prolongamento filiforme), ger. de crescimento contínuo.
Raises	s.f. 1. a base ou parte inferior de algo [...]
Cordinhas	s.f.pl. 1. feixe alongado de fibras vegetais (sisal, cânhamo etc.) ou matéria flexível similar, torcidos em espiral, de grossura e comprimento variáveis [...]
Sementes	s.f.pl. 1. estrutura formada a partir do óvulo fecundado das plantas angiospermas e gimnospermas e que ger. consiste em um ou mais tegumentos que envolvem o embrião e o material nutritivo para o seu desenvolvimento em plântula [...]
Ciscarias	v.t.d. 1. tirar ou afastar ciscos, gravetos, folhas etc.
Prejudicial	adj. 1. que prejudica; 2. que causa dano [...]
Má	Adj. 1. adj.fem. de mau; 2. adv. de modo indelicado; com grosseria; rudemente [...]
Péssima	Adj. 1. extremamente mau[...]
Búzios	s.m.pl. 1. espécie de concha marinha muito utilizada na tradição religiosa afro-brasileira, em oferendas, na composição dos assentamentos dos orixás, na confecção de paramentos rituais e, principalmente, na técnica de adivinhação conhecida como jogo de búzios.

A publicação da referida propaganda se estendeu durante o mês de fevereiro (07, 14, 21 e 28) nas suas publicações semanais em 1932. Como se vê na imagem 01.

FIGURA 2: *Corpus* de pesquisa – Imagem da propaganda (1932).

A Benzedura

“A tia Joaquina prontifica-se em fazer umas rezas e benzeduras com galhos de arruda e alecrim. Pobre preta Velha! Deixem-na na inocente ilusão de sua credence! Mas não

UMA enxaqueca. A tia Joaquina prontifica-se em fazer umas rezas e benzeduras com galhos de arruda e alecrim. Pobre preta velha! Deixem-na na inocente ilusão de sua credence! Mas não deixem sofrer inutilmente a moçinha. Um ou dois comprimidos de Cafespirina serão o bastante para aliviar dessa terrível dor de cabeça.

A Cafespirina nunca deve faltar à cabeceira das pessoas, pois é bráquia nos colicos proprios do estom. nas dores de cabeça e enxaqueca, como tambem nas de dentes e ouvido. Não affecta nenhum orgão e não absolutamente inoffensiva.

Evitem, como perigosos, medicamentos que se floculam “tão boas como a Cafespirina”, base a universalmente consagrada como o remedio de

toda confiança

CAFESPIRINA

ASPIRIN

Observa-se na frase citada, a classificação social da benzedeira exposta pela propaganda, assim como o desrespeito, já que se trata de uma pessoa de idade, onde a mesma na prática da sua fé, é remetida que não passa de uma ilusão às credences do ato da benzedura. Nesta, destaca a classe social predominante onde a paciente é uma moça, jovem e branca, a procura de uma cura alternativa, através da espiritualidade.

A Cruz: Órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso (MT) – 1910 a 1969 – DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 03 de 07 de 2024.

Observa-se, na propaganda, que a utilização dos meios de comunicação, como o periódico A Cruz, cujo público leitor era uma classe social católica predominante que dispunha de poder aquisitivo e que se sobressaía em relação aos desfavorecidos socialmente, pois durante o período escravocrata o negro era marginalizado, inclusive nas práticas de sua fé, herança herdada pelos escravizados que foram contrabandeados para o Brasil.

Quadro 2: Descrição dos *corpora* - Glossário de lexias coletados na propaganda (1932).

Lexias	Significado conforme Dicionário de Arte Sacra e técnicas afro-brasileiras (Lody, 2003)
Benedura	s.f. 1. ato de benzer com ou sem o sinal-da-cruz, acompanhado de orações com fórmulas especiais, supersticiosas; 2. emprego de bruxarias; bruxedo, feitiçaria...
Crendice	s.f. 1. crença de cunho supersticioso, sem base em religiões institucionalizadas e, por isso, sem a sua sanção...; 2. qualquer superstição, ger. de origem popular...
Galhos de alecrim	s.m. 1. arbusto das labiadas (<i>Rosmarinus officinalis</i>)... Empregado como defumador e em banho de descarrego, ... as reza-deiras servem-se dele para curar quebranto e mau-olhado...
Galhos de arruda	s.f. 1. Arbusto rutáceo (<i>Ruta graveolens</i>)... Quando dada nos catimbós, é mascote e preservativa do mau-olhado.
Ilusão	s.f. 1. erro de percepção ou de entendimento; engano dos sentidos ou da mente; interpretação errônea...
Pobre	adj.1. desprovido ou mal provido do necessário; de poucas posses; que não tem recursos próprios...
Preta velha	s.f. composto 1. representações de negros e de negros velhos, geralmente sentados, fumando cachimbos, conduzindo bengalas-cetros e/ou portando cuias e penbas, marcando assim principais referências visuais sobre um conjunto de antepassados próximos dos afro-descendentes.
Rezas	s.f. 1. ação ou efeito de rezar...; 5 <i>B infrm.</i> série de palavras que, por superstição ou crendice, são proferidas com o intuito de benzer, de afastar o mal...

4. Considerações finais

Considerando que este artigo apresenta apenas um recorte das pesquisas que estão sendo desenvolvidas no mestrado, por Joelson Penha Silva e no doutorado, por George Gleyk Max de Oliveira, cuja temática versa sobre a intolerância religiosa contra praticantes de religiões não católicas, trouxemos alguns elementos textuais que podem demonstrar a materialidade linguística da referida intolerância.

O que se pode notar, como um resultado preliminar que as pesquisas vêm apresentando é que as *lexias* encontradas, no documento de 1778 e na propaganda de 1932, demonstram através de seus significados que termos da língua comum, encontrados em dicionários que não são especializados em uma área do saber científico ou técnico e, também encontrados no Dicionário de Arte Sacra e técnicas afro-brasileiras como o de Lody (2003) podem levar o leitor à compreensão do preconceito religioso.

O que queremos demonstrar é como uma *lexia* simples ou uma *lexia* composta pode transpor sua carga semântica do uso comum para o uso específico, fazendo com que o leitor compreenda, ou seja induzido a compreender aquilo que o escritor do texto deseja, no caso do *corpus* apresentado, o preconceito religioso.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é a temporalidade dos dois *corpora* de pesquisa, aqui apresentados, o que trazemos para a comparação nesses casos é que a distância temporal entre os dois *corpora* demonstra o quanto o preconceito religioso persistiu na sociedade brasileira, do século XVIII ao século XX.

As temáticas dos dois *corpora* de pesquisa, que versam sobre temas bastante distintos, um manuscrito de 1773, um processo crime que indicia uma mulher preta por feitiçaria e uma imagem de uma propaganda de um periódico de 1932, que traz uma propaganda de um comprimido ‘Cafeaspirina’ para cura de enxaqueca com a imagem de uma benzedeira.

Esses dois objetos de pesquisa têm algo em comum, os dois apresentam temática afro-religiosa, demonstrando uma ligação semântica entre as *lexias* que constata a intolerância religiosa e a imagem da mulher preta que está ligada à imagem da benzedeira, o que é uma ironia, pois as duas, tanto a mulher negra quanto o produto químico que é o comprimido para enxaqueca, estão presentes como demonstração de cura.

Sabemos que muito ainda há que ser observado nesses dois objetos de pesquisa, desejamos que esse recorte tenha trazido aos leitores um pouco de curiosidade científica para a temática da feitiçaria e sua relação com a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana, indígena e afro-brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LODY, Raul. *Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Brasília: Imprensa Nacional, 1992.

NOVINSKY, Anita. Cristãos novos na Bahia. *Perspectiva*. São Paulo, 1972.

PINTO, Adriana Aparecida. A imprensa e os intelectuais em Mato Grosso: espaços de sociabilidades e circulação de ideias no final do século XIX. *Revista Tópicos Educacionais*, vol. 27, n. 2, p. 52-74, 2021, Pernambuco, UFPE.

RAREY, Matthew Francis. Assemblagem, oclusão e a arte da sobrevivência no Atlântico Negro. *19&20*, v. XVI, n. 1, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.52913/19e20.xvi1.06>.

SÁ JÚNIOR, Mario Teixeira de. Feitiçaria de ganho no Mato Grosso setecentista. *MNEME – Revista de Humanidades*, 11(29), Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó, 2011 – jan / julho. Disponível em <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acessado em 02/11/2023.

SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. *Dicionário da Escravidão*. Rio de Janeiro: Léo: Cristiano, 1997.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas. Mato Grosso, 2002.

VERONELLI, Gabriela Alejandra; DAITCH, Silvana Leticia. Sobre a colonialidade da linguagem. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 80-100, [S.l.], fev. 2021.

Outras fontes:

Código Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. Acesso em: 08 de outubro de 2024.

http://www.tj.ba.gov.br/publicacoes/mem_just/volume2/cap8.htm#:~:text=%22Lesamajestade%20quer%20dizer%20traic%C3%A7%C3%A3o,empece%20ainda%20aos%20descendentes%20de. Acesso em: 04 de julho de 2024.

https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1993_00113.pdf acesso em: 13/11/2024.

https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6433:lesa-majestade&catid=2080&Itemid=121. Acesso em: 10 de outubro 2024.

<https://www.bayer.com.br/pt/a-bayer#:~:text=A%20Bayer%20foi%20fundada%20em,todos%2C%20fome%20para%20ningu%C3%A9m%E2%80%9D>. Acesso em: 02/10/2024.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 12 de outubro 2024.